



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. n.º 1881/2019

Folha _____

CONTRATO

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ** E A EMPRESA **ENTEK CURSOS LIVRES LTDA** PARA MINISTRAR AULAS PRESENCIAIS DE INFORMÁTICA PARA IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

CONTRATO N.º 28/2.019

DATA: 05/06/2.019

VALOR GLOBAL: R\$ 40.440,00

PRAZO: 12 (DOZE) MESES.

PROCESSO INTERNO N.º 1.881/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL N.º PG 17/2.019.

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, com sede na Rua 7e de Setembro nº 701, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 46.638.714/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Marcelo Vaqueli**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.044.364-1-SSP/SP e inscrito no CPF nº 103.921.948-99, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado a **ENTEK CURSOS LIVRES LTDA**, inscrita no CNPJ 03.471.227/0001-03, inscrição estadual nº 688.467.448.119, sediada na Rua XV de Novembro nº 970, Centro, no município de Taubaté, estado de São Paulo, CEP 12.020-000, neste ato representada por seu sócio o **Sr. Ismael Fernandes Vieira**, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.683.597-6/SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 253.948.448-44, residente e domiciliado na Rua Coronel Antonio Romeu nº 61, Jardim da Luz no município de Taubaté no estado de São Paulo CEP: 12.052-290, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS PRESENCIAIS DE INFORMÁTICA PARA IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS**, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência.

1.2. Os seguintes documentos são considerados partes integrantes deste contrato:

- a) Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2.019** e seus anexos;
- b) Proposta Comercial firmada pela **CONTRATADA** em 03 de maio de 2.019;
- c) Última Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial, realizada em 30/05/2.019.

CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

2.1.1. Responsabilizar-se pela entrega/prestação do serviço do item relacionado no Termo de Referência do Edital.

2.1.2. Atender imediatamente, mediante autorização/requisição do setor competente da Secretaria, sendo que a solicitação poderá ser feita, em qualquer dia da semana, devendo ser entregue, no local previamente indicado na autorização/requisição.

2.1.3. Arcar com as responsabilidades civis previstas em lei e as decorrentes dos demais danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus funcionários ou de seus prepostos;

2.1.4. Comunicar à **CONTRATANTE** sobre eventuais dúvidas referentes ao cumprimento deste Contrato;

2.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições exigidas para a habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. nº 1881/2019

Folha _____

2.1.6. A contratada se obriga dentro do prazo de **12 (doze) meses** fornecer a manutenção sob garantia para os itens previstos no Manual do Fabricante, além de prestar garantia contra defeito e vícios de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, contados a partir do seu recebimento definitivo.

2.2. Caberá à CONTRATANTE:

2.2.1. Fornecer informações e proporcionar todas as condições necessárias para a perfeita execução do presente Contrato, exceto aquelas definidas como de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

2.2.2. Fiscalizar a execução do Contrato, a fim de verificar se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos no instrumento convocatório, podendo, para isso, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica;

2.2.3. Orientar e discutir em conjunto as alterações que se fizerem necessárias na forma de execução do presente Contrato.

2.2.4. Constatada a regularidade dos procedimentos, liberar o pagamento pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.

2.2.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos valores, forma e prazos mencionados na Cláusula 5ª.

2.2.6. Fornecer-lhe as informações disponíveis e necessárias à execução dos serviços objeto do presente contrato.

2.2.7. Disponibilizar acesso aos locais necessários para a prestação dos serviços;

2.2.8. Comunicar de imediato a CONTRATADA de eventuais irregularidades no desenvolvimento dos serviços prestados.

2.2.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, analisando e verificando o cumprimento das obrigações contratuais.

2.2.10. Designar a Sr.ª Secretária de Ação Social **Andréa Cristina Amaral Vaqueli** como gestora do contrato e como fiscal do contrato a servidora **Márcia Monteiro de Souza Righetti** responsável por acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, para fins do disposto no artigo 67, e parágrafos, da Lei Federal 8.666/93, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento dos serviços executados.

CLÁUSULA 3ª - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto do presente contrato será recebido mediante verificação e aceitação pelo Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE, desde que atendidas todas as especificações do edital de licitação e seus anexos, conforme forem quantitativos consumidos, dentro do período aferido.

3.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do serviço/material recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual o equipamento será recolhido e substituído.

3.3. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

3.3.1. O fornecedor terá prazo de **05 (cinco) dias úteis** para providenciar a substituição do equipamento, sem qualquer prejuízo a prestação do serviço, a partir da comunicação oficial feita pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

3.3.2. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na prestação do serviço e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.

3.4. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar condições:

3.4.1. Equipamentos e demais componentes de acordo com a Especificação Técnica contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;

3.4.2. Quantidades em conformidade com o estabelecido na Autorização de Fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. nº 1881/2019

Folha _____

3.4.3. Entrega/prestação do serviço no prazo, local e horários previsto no Termo de Referência.

3.5. O recebimento definitivo dar-se-á:

3.5.1. Após verificação física que constate a integridade do serviço;

3.5.2. Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

3.6. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal, considerando o valor da compra, de acordo com a previsão legal.

CLÁUSULA 4ª - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo para início da execução do serviço objeto licitado será de, no máximo **10 (dez) dias** contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 5ª - DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de **R\$ 3.370,00 (três mil trezentos e setenta reais)** e o valor anual por 12 meses de **R\$ 40.440,00 (quarenta mil quatrocentos e quarenta reais)**.

5.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total inicial atualizado da proposta.

5.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, conforme Termo de Referência, contados da expedição da respectiva DANFE apresentada.

5.2.1. A nota fiscal eletrônica encaminhada pela CONTRATADA deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais.

5.2.2. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, através da apresentação dos documentos

5.2.3. No caso de devolução da nota fiscal/fatura, por sua inexistência ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4 será contado da data de serviço/entrega da referida correção.

5.3. O preço contratado não sofrerá qualquer alteração.

5.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA.

5.5. No preço deverá estar incluído, além do lucro, todas as despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas com a execução do objeto desta contratação.

5.6. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

5.7. No caso do CONTRATANTE atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente pelo índice econômico oficial.

CLÁUSULA 6ª - DO PRAZO CONTRATUAL

6.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de garantia de **12 (doze) meses**, conforme estabelecido no item 13.2 do Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA 7ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. As despesas decorrentes da contratação futura onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros conforme aprovação futura da Lei Orçamentária Anual (LOA 2019), sem prejuízo da utilização de outros que venham a ser disponibilizados durante a vigência: 83.03.08.08.244.0014.2.014.339039.05.1100000.005 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - RECURSO FEDERAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. n° 1881/2019

Folha _____

CLÁUSULA 8ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O presente instrumento contratual poderá ser rescindido quando ocorrer à inexecução total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, nos termos do art. 77 e art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1.993, cabendo à parte causadora da situação arcar com todas as responsabilidades administrativas, cíveis e criminais.

CLÁUSULA 9ª - DAS SANÇÕES

9.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, aplicada a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

9.1.1. Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

9.1.2. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

9.1.3. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do serviço/entrega, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

9.2.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

9.2.2. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

9.3. As multas previstas neste item não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1.993.

9.3.1. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Prefeitura reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a CONTRATADA tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

9.3.2. Se a Prefeitura decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à CONTRATADA devidamente corrigido pelo índice oficial do Município.

9.4. O valor das multas aplicadas com fulcro neste item será devidamente corrigido até a data de seu efetivo pagamento e recolhido aos cofres da Prefeitura Municipal de Tremembé dentro de 03(três) dias úteis da data de sua cominação mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA 10ª - DO SUPORTE LEGAL

10.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

10.1.1. Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2.002;

10.1.2. Constituição Federal;

10.1.3. Constituição do Estado de São Paulo;

10.1.4. Lei Orgânica Municipal;

10.1.5. Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1.993; e

10.1.6. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA 11ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Não será permitido a entrega/prestação do serviço do item sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento.

11.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 79, da Lei Federal nº 8.666/1.993, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida lei.

11.3. Para os casos omissos neste contrato, prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

11.4. É vedada a subcontratação deste contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
“PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS”
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. nº 1881/2019

Folha _____

11.5. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral do objeto deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta, quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

11.6. As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão apreciados pelo Prefeito Municipal de Tremembé, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

11.7. Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

CLÁUSULA 12ª - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato e não resolvidas administrativamente.

Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Estância Turística de Tremembé, 05 de junho de 2.019.

MARCELO VAQUELI
PREFEITO MUNICIPAL

ISMAEL FERNANDES VIEIRA
ENTEK CURSOS LIVRES LTDA



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)
CNPJ: 46.638.714/0001-20

Proc. n.º 1881/2019

Folha _____

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
CONTRATADA: ENTEK CURSOS LIVRES LTDA
CONTRATO N.º: 28/2.019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS PRESENCIAIS DE INFORMÁTICA PARA IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Estância Turística de Tremembé, 05 de junho de 2.019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
NOME E CARGO: Marcelo Vaqueli/Prefeito Municipal
E-MAIL INSTITUCIONAL: gabinete@tremembe.sp.gov.br
E-MAIL PESSOAL: marcelo@vaqueli.com.br

ASSINATURA: _____

CONTRATADA: ENTEK CURSOS LIVRES LTDA
NOME E CARGO: Ismael Fernandes Vieira/Sócio-Proprietário
E-MAIL INSTITUCIONAL: ismael_entec@hotmail.com
E-MAIL PESSOAL: ismaelfvieira@gmail.com

ASSINATURA: _____